PERCEPÇÕES DA HISTÓRIA EM RELAÇÃO A DEMOCRACIA

MARCOS DE ALMEIDA HENRIQUES

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir sobre a percepção da democracia no Brasil a partir de reflexões históricas. As manifestações ocorridas antes das eleições presidenciais e governamentais de 2018 e 2022 levaram às ruas discussões sobre atendimento às demandas sociais e a forma como esses atendimentos são realizados nas esferas governamentais. A sociedade está em constante transformação e adquirindo novos direitos conforme os contextos sociais, poder e meios econômicos disponíveis. Na democracia, o objetivo é uma organização política baseada na participação da maioria e na igualdade, que determina a igualdade perante a lei e o usufruto das mesmas oportunidades para todos. O debate sobre a democracia é fundamental para entendermos como podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Demandas Sociais; Democracia; Sociedade.

INTRODUÇÃO

Este texto introduz a percepção linear e monolítica da história e como isso influencia o ensino de história na educação hoje em dia, que se concentra no ensino de um "passado" específico, a história-nação. Isso é resultado de uma simbiose política, intelectual e ideológica produzida no final do século XIX e início do século XX, principalmente entre o estado-nação e o coletivo acadêmico de historiadores. A profissionalização da história nasceu da mão do Estado e da nação, conceito ainda problemático nos dias de hoje. É importante entender que o passado não deve ser entendido no singular, mas sim no plural, e que a história é uma dimensão acadêmica influente que deve ser mais acessível e compreensível para a população em geral.

Este texto discute a relação entre o estado-nação e o coletivo de historiadores. O Estado precisa da nação para se legitimar como estrutura de poder após os processos revolucionários do final do século XVIII e início do século XIX, enquanto a nação precisa de uma história para construir uma identidade nacional. No Brasil, vivemos em uma democracia em que as pessoas têm o poder do voto para escolher seus governantes. Desde a Antiguidade, diversos pensadores tentaram analisar a democracia, mas não chegaram a um consenso sobre o seu significado.

De acordo com Silva (2003, p. 267):

Democracia é um conceito histórico. Não sendo por si um valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem, compreende-se que a historicidade destes a envolva na mesma medida, enriquecendo-lhe o conteúdo a cada etapa do envolver social, mantido sempre o princípio básico de que ela representa um regime político em que o poder repousa na vontade do povo. Sob esse aspecto, a democracia não é um mero conceito político abstrato, mas um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história.

Assim sendo, a democracia é obtida através de um processo histórico que garante os direitos do povo.

Ainda com Silva (2003, p. 126):

A democracia é um processo de convivência social em que o poder emana do povo, há de ser exercido, direta ou indiretamente, pelo povo e em proveito do povo. Diz-se que é um processo de convivência, primeiramente para denotar sua historicidade, depois para realçar que, além de ser uma relação de poder político, é também um modo de vida, em que, no relacionamento interpessoal, há de verificar-se o respeito e a tolerância entre os conviventes.

É compreendido que a democracia é um sistema político que está em constante evolução e que pode sofrer avanços, retrocessos, sucessos e fracassos ao longo do tempo.

O BRASIL E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA HISTÓRIA

As grandes transformações sociais vividas pela sociedade contemporânea colocam diante dos profissionais da educação um constante repensar dos sentidos da prática pedagógica e dos espaços educativos.

De acordo com Janotti (2005, p. 51): “as velhas, as novas e novíssimas posturas historiográficas são produto das contradições e condições da própria História e, por isso mesmo, sob a aparência da contestação, conservam substratos comuns muito nítidos”.

Segundo Bittencourt (2004, p. 49):

Temos afirmado que a concepção de disciplina escolar está intimamente associada à de pedagogia e à de escola e, portanto, ao papel histórico de cada um desses componentes. Ao concebermos a disciplina escolar como produção coletiva das instituições

de ensino, admitimos que a pedagogia não pode ser entendida como uma atividade limitada a produzir métodos para melhor 'transpor' conteúdos externos, simplificando da maneira mais adequada possível os saberes eruditos ou acadêmicos.

No período colonial, as instituições ligadas à Igreja, especialmente a ordem dos jesuítas, controlavam o ensino básico e deram uma perspectiva de história sagrada à disciplina.

Durante o período do Estado Novo, o governo autoritário implementou políticas culturais para reforçar a identidade nacional brasileira. As reformas educacionais nesse período se caracterizaram pelo tecnicismo como metodologia e pelo ensino técnico como modelo. As reformas curriculares nas décadas seguintes refletem objetivos políticos e teóricos que moldam não apenas o papel da História como disciplina escolar estratégica para a formação do cidadão, mas também a maneira como o conhecimento histórico é pensado, construído e manipulado nas escolas.

Sob a influência da ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970, o ensino de História passou a ser voltado para a formação cívica e o ajustamento dos jovens aos objetivos e interesses do Estado. A escola tradicional positivista contribuiu para a consolidação dos interesses militares ao exaltar os mitos nacionais sobre a formação da sociedade brasileira e limitar o ensino de História a poucos.

Nos anos 80, em meio à redemocratização e reorganização da sociedade brasileira, surgiram novas propostas para reformular o ensino de História. Nos anos 90, foram estabelecidos os Parâmetros Curriculares Nacionais, visando formar cidadãos para uma sociedade democrática. O ensino de História passou a desenvolver a criticidade dos indivíduos em relação aos problemas sociais e econômicos, com o objetivo de intervir na realidade brasileira e transformá-la. O cidadão passou a ser visto como um agente edificador e transformador do meio social em que vive.

Como Fonseca (2003, p. 94) afirma:

A proposta de metodologia do ensino de história que valoriza a problematização, a análise e a crítica da realidade concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos que cotidianamente atuam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivência: em casa, no trabalho, na escola etc. Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é algo apenas herdado via nacionalidade, nem se liga a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência.

Observamos que a escola reúne uma comunidade diversa, composta por sujeitos históricos com identidades culturais, de gênero, raça e cultura distintas. É crucial criar espaços de aprendizagem significativos e processos educacionais que permitam o aprendizado da História e ajudem esses sujeitos a compreenderem todo o processo histórico.

De acordo com Bittencourt (2004, p. 50):

A escola, por sua vez, também é concebida ou como o "lugar" privilegiado da produção das disciplinas escolares, mesmo que possa estar mais ou menos dependentes de interferências externas, ou como instituição que, embora conte com vários agentes no seu interior, não tem autonomia suficiente para a criação.

Um ensino de História crítico deve enfatizar a importância dos aspectos sociais e da formação do cidadão como sujeito histórico, possibilitando outras concepções de cidadania que vão além das noções teóricas e legais.

Marx concebe a liberdade, perante o sistema capitalista, como a possibilidade e comprar e vender. Essa liberdade se expressa a partir do exercício das possibilidades traçadas pela sociedade de consumo, as quais se sucedem continuadamente, gerando a ideia de descartável, tanto do que se produz quanto em relação a quem consome, agravando-se pelo fato de que o reconhecimento social somente se confere a quem tem capacidade de consumo. (FÉLIX; ZENNI, 2015, p. 44)

De acordo com os autores, embora recebamos mais informações e tenhamos mais liberdade de consumo atualmente, ainda assim não somos completamente livres, pois temos pouco tempo para aproveitarmos nossas vidas e estarmos com nossas famílias.

As influências do regime capitalista, estruturado sobre as ideias de capital produção e lucro, foram também determinantes no processo de evolução das relações de trabalho. A busca frenética pelo aumento de lucros impõe aos trabalhadores realidades cruéis, onde é comum a prática de jornadas extenuantes; cobranças exageradas; imposições de metas inatingíveis e atitudes assediadoras capazes de prejudicar sua saúde física e mental, o que em última análise não atinge apenas a esfera individual do trabalhador, mas de toda a sociedade onde está inserido. (Eid, 2015, p. 126)

Nota-se que o homem moderno está sendo moldado dentro de um sistema que enfrenta uma crise, devido à priorização do lucro, levando a situações em que os traba-

lhadores trabalham por longas horas recebendo remunerações cada vez menores.

CONSTRUÇÃO DO PODER E O MOVIMENTO SOCIAL

A partir das abordagens de S. Tarrow, os movimentos sociais são formados quando cidadãos, às vezes incentivados por lideranças, respondem às mudanças nas oportunidades que reduzem os custos da ação coletiva, descobrem potenciais aliados e mostram o quão vulneráveis são as pessoas, elites e autoridades.

Seguindo o mesmo autor, poder e movimento são duas palavras que raramente aparecem juntas no discurso acadêmico ou popular. O poder dos movimentos é revelado quando os cidadãos unem forças para enfrentar as elites, as autoridades e seus antagonistas sociais: Criar, coordenar e manter essa interação é a contribuição específica dos movimentos sociais, que atraem as pessoas para a ação coletiva por meio de conhecidos repertórios de enfrentamento e introduzem inovações em torno de suas estratégias. Essa atuação dos movimentos sociais é possível quando existem oportunidades políticas de intervenção de agentes sociais que normalmente não as dispõem.

Para autores como Michael Foucault, o poder não é apenas uma ação exercida diretamente sobre os outros, mas sobre a ação dos outros: o poder é a ação sobre a ação dos outros. Exercer o poder é conduzir e não determinar comportamentos de acordo com formas mais ou menos abertas de coerção. Essa visão é complementada por autores como Sergio Pérez, que argumenta que o exercício do poder só existe em práticas 'estratégicas' das quais os agentes participam no dia a dia. Nessas relações de poder 'locais', o agente social atua, ou seja, orienta sua ação por meio de um cálculo e a exerce de acordo com determinados objetivos; grande número de formas de exercício de poder não são da ordem do consenso, embora sejam da ordem do interesse e da convicção.

Segundo o mesmo autor, o exercício do poder não é apenas a arte de reprimir o comportamento ou a resistência do outro, de atingir fins contra a vontade dos dominados. Pelo contrário, poder é a capacidade de liderar no seu aspecto ativo e produtivo, reconhecendo que o exercício do poder estabelece as condições estruturais pelas quais convence, se impõe e envolve os outros, através da configuração do seu eventual ou presente, atos futuros ou atuais. O poder, portanto, requer um fundamento capaz de discriminar entre as relações de dominação nas quais o 'outro' está imerso e as determinações que recebe como ator social.

De acordo com o exposto, o exercício do poder encontra seu campo de legitimação nos domínios do trabalho, da produção de sentidos, das normas jurídicas e das práticas simbólicas. A legitimidade pela qual o agente adere ao exercício do poder vem da mesma matriz de resistência, posição e insubordinação. A resistência ao poder não vem de nenhum ponto marginal da vida comunitária, porque então a resistência só existiria por omissão ou esquecimento. A oposição não se legitima por sua marginalidade, mas por expressar a incompatibilidade entre os resultados do exercício do poder e os princípios de legitimidade em que se baseia.

Para Tarrow, os movimentos sociais raramente estão em posição de resolver seu problema de ação coletiva por meio de seus recursos internos, portanto, eles exploram diferentes formas de ação coletiva por meio de recursos externos - oportunidades, pactos, repertórios, redes sociais e estruturas.

O conceito de oportunidade política de Tarrow enfatiza os recursos externos ao grupo que podem ser explorados pelos movimentos. Em um nível mais geral, faz-se referência à oportunidade de ação, ao 'quando', que depende do grau de abertura ou fechamento do sistema político em relação às pressões não institucionalizadas que vêm de fora. Em um nível mais concreto, porém, essa oportunidade é marcada não apenas pelos fatores mais estáveis do sistema (a estrutura institucional formal do Estado), mas também por outros menos estáveis que influenciam o grau de abertura ou fechamento dos mais formais, enquanto o primeiro afeta a estratégia de longo prazo e as expectativas dos movimentos sociais.

As mudanças mais proeminentes na estrutura de oportunidades surgem na abertura do acesso ao poder, nas mudanças nos alinhamentos governamentais, na disponibilidade de aliados influentes e nas divisões dentro das elites. As estruturas do estado criam oportunidades estáveis, mas são as oportunidades de mudança dentro dos estados que oferecem as oportunidades que os interlocutores com poucos recursos podem usar para criar novos movimentos. Juntos, oportunidades, pactos, repertórios, redes e enquadramentos (símbolos e cultura política) são elementos constitutivos do movimento social e reduzem os custos de induzir as pessoas à ação coletiva, criando uma dinâmica mais ampla e extensa no movimento.

O conceito de redes sociais é proposto por autores como Alberto Melucci e Mario Diani a partir da teoria dos novos movimentos sociais e é retomado por teóricos como Tarrow, a partir da teoria da Mobilização de Recursos em seu estágio teórico integracionista.

Para Mario Diani, as redes dos movimentos são o produto das inúmeras escolhas dos atores mobilizados em relação aos destinatários de suas alianças e múltiplos

pertences. Segundo o mesmo autor, as redes de movimentos sociais podem ser analisadas como 'pré-condições para a ação coletiva'; a sua configuração, isto é, a densidade das relações entre os diferentes atores e a sua articulação interna, irá de fato orientar a circulação dos recursos essenciais para a ação e determinar, ao mesmo tempo, as oportunidades e os vínculos necessários para esta última.

Para o mesmo autor, a partir das abordagens de Melucci, a existência de laços fortes e articulados é uma pré-condição essencial para o desenvolvimento de mobilizações efetivas e sustentadas ao longo do tempo. Por sua vez, o sucesso dessas tentativas estará positivamente relacionado ao nível de raízes de seus promotores na existência prévia de redes relacionais específicas, para as quais buscam apoio organizacional e solidariedade durante as campanhas. A presença de um número significativo de aliados também aumentará as chances de sucesso para grupos promotores de protestos (Rochon, 1988; Gamson, 1990: Rucht, 1989).

A necessidade de contatos sistemáticos com outros atores não se restringe a grupos ativos, especialmente na esfera política. Afeta também organizações que visam facilitar a mudança pessoal, antes mesmo da coletiva, por meio do desenvolvimento de práticas alternativas de vida. Essas organizações também podem promover iniciativas culturais ou proteger demandas e interesses específicos. Nesse sentido, a ativação de redes relacionais parece uma opção bastante recorrente nos movimentos sociais; a busca de aliados e, mais geralmente, de laços sociais duradouros representa um dos problemas centrais no estudo da mobilização.

Na mesma direção de Diani, Tarrow argumenta que a mobilização de redes sociais pré-existentes reduz os custos sociais transacionais de convocar manifestações e mantém os participantes juntos, mesmo após o entusiasmo inicial do confronto ter diminuído. É isso que torna possível a transformação de ações coletivas episódicas em movimentos sociais.

Para autores como Melucci as principais características de uma rede social de ação coletiva são as seguintes a) permite a adesão a vários grupos; b) a adesão é apenas em tempo parcial e de curto prazo; c) exige empenho pessoal e solidariedade afetiva como condição de participação. Essas características não indicam um caráter temporário, uma vez que respondem a conflitos permanentes em sociedades complexas, mas referem-se a uma mudança na estrutura da ação coletiva. Para este autor, se os conflitos se articulam em torno de recursos simbólicos, os atores envolvidos não podem ser estáveis, pois os 'significados' pelos quais se cria a identificação simbólica e pessoal estão se modificando e, consequentemente, em outras palavras, os movimentos contemporâneos são fenômenos em constante mudança, implicam em diferentes orientações e afetam setores da estrutura social que mantêm diferentes capacidades de construção de uma identidade coletiva em função do desenvolvimento de diferentes expectativas.

Outro conceito importante a envolver neste quadro conceitual, característico da abordagem do processo político e muito útil para analisar a evolução dos movimentos ao longo do tempo, é o Ciclo de Protesto desenvolvido por Tarrow e definido por ele como:

> Uma fase de intensificação dos conflitos no sistema social: identifica-se com uma rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados; um ritmo acelerado de inovação nas formas de confronto; estruturas novas ou transformadas para a ação coletiva; uma combinação de participação organizada e desorganizada; e sequências intensificadas de informação e interação entre dissidentes e autoridades que podem levar à reforma, repressão e, às vezes, revolução. Esse confronto generalizado produz externalidades que dão aos desafiantes pelo menos uma vantagem temporária e permitem que eles superem as fraquezas de seus recursos básicos. Exige que os estados elaborem estratégias de resposta amplas que sejam repressivas ou facilitadoras, ou uma combinação das duas. E produz resultados gerais que são mais do que a soma das consequências de um agregado de eventos desconectados. (p. 37)

Em outras palavras, os ciclos de protesto permitem entender melhor como as oportunidades políticas se desenvolvem e terminam (abertura, divulgação e fechamento).

Tarrow aponta algumas características comuns que podem ser vistas nos ciclos de protesto: 1) Aumento e disseminação do conflito; 2) Mudanças nos repertórios e enquadramentos da ação coletiva; 3) Aparecimento de novas organizações e radicalização das existentes; 4) Aumento da informação e interação. Junto com as características comuns que podem ser percebidas nas etapas de maior intensificação do confronto, Tarrow também analisa a fase de declínio do protesto por ele estudado: 1) Esgotamento e polarização; 2) Violência e institucionalização; 3) Facilitação e repressão.

Por fim, para o autor Gerardo Munk, os movimentos sociais têm um caráter dinâmico transformador social e político, pois têm uma orientação para a mudança contra hegemônica a partir da combinação de dois fatores: a consistência da relação entre identidade e movimento social e sua atuação na arena social ou política em que opera.

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E O CONFLITO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Na década de 1990, segundo Hélio Gallardo, o neoliberalismo na América Latina, a partir de uma posição marginal e minoritária, conseguiu se tornar uma doutrina hegemônica. Esta foi então levantada como a principal ideologia da globalização, tornando-se um reflexo da vitória do mercado capitalista, da democracia e da queda do socialismo como ideologia. É assim que o neoliberalismo se apresentava retoricamente antiestado contra o Estado planejador socialista e voltado para a destruição do Estado de Bem-Estar e suas práticas de redistribuição de riqueza.

Seguindo o mesmo autor, o termo 'neoliberalismo' refere-se nas sociedades latino-americanas a três práticas distintas: como ideologia do desenvolvimento nacional, como ideologia da globalização e como ações de adaptação das elites políticas aos desafios da transição; as últimas estão relacionadas à sua sustentabilidade como hegemonia, expressa na luta entre seus segmentos para nativamente direcionar o processo e nas pressões de grupos subalternos lesados em seus direitos e interesses devido ao caráter antipopular do modelo.

Para autores como Alfredo Calcagno, o conteúdo das reformas neoliberais costumava ser uma condição para o apoio financeiro exigido pelos países da região. Essas medidas de ajuste estrutural foram 'vendidas' a nossos países como um modelo transitório e necessário para reativar o sistema econômico e reduzir o problema da dívida interna e externa dos países. Os promotores do "ajuste estrutural" argumentaram que as reformas estruturais logo levariam a uma expansão significativa do investimento, do crescimento e, consequentemente, do emprego e dos salários. Para 'aliviar' a situação dos mais pobres, os estados tiveram que concentrar recursos no alívio de situações de extrema pobreza nos países latino-americanos.

A hegemonia do novo modelo econômico estabelece novas condições no marco das transformações mundiais e exige que os atores sociais e políticos redefinam seus enfoques e modifiquem suas políticas levando em consideração a globalização e a nova ordem mundial. Esse novo reordenamento mundial permeou significativamente os movimentos sociais latino-americanos. Citando Darío Restrepo (p.13): "O contexto gerado pelo neoliberalismo: ele recompõe as estratégias de diferentes atores sociais, políticos e territoriais, é mais o resultado desses conflitos".

Além disso, citando o mesmo autor:

As políticas sociais e os mecanismos de participação cidadã e comunitária, produtos da globalização e típicos do modelo neoliberal, devem ser entendidos no contexto da reestruturação capitalista resultante da dupla crise do Estado-nação e do Estado Providência. (p.16)

Várias foram as mudanças introduzidas com o desmantelamento das funções do Estado, que levam ao primado da sociedade sobre o Estado e à reivindicação de práticas políticas participativas sobre as representativas.

Antes do modelo neoliberal, as políticas sociais eram universais, a partir das quais se tornaram políticas focalizadas, foram perdendo gradativamente seu caráter público e se transformaram em serviços articulados à lógica do mercado.

As ofertas participativas neoliberais têm procurado fortalecer a autoridade e a legitimidade do Estado e doutrinar as comunidades em comportamentos empresariais no âmbito das relações comerciais. Por outro lado, a participação popular, ao contrário, está imersa em uma limitação do poder do Estado como entidade isolada, suspensa acima da sociedade. É assim que as práticas participativas populares tendem a controlar o Estado e valorizar as razões e necessidades sociais que a racionalidade que o mercado nega.

Seguindo o mesmo autor, ao final do século XX e início do XXI, pode-se afirmar que os processos inerentes à globalização com esquema neoliberal tiveram importante impacto nas economias e sociedades latino-americanas. A forma de incorporação dessas sociedades à globalização tem sido diversa e assimétrica. No entanto, pode-se dizer que processos de democratização coexistem com processos de transnacionalização e internacionalização de decisões políticas, reforma neoliberal do Estado, acentuação da polarização social, precarização dos mercados de trabalho, falsa feminização da oferta de trabalho, geração de maiores setores excluídos, descampeinização e boom cultural segmentado.

Segundo Clara Algranati, ao longo da segunda metade dos anos noventa na América Latina os conflitos sociais se intensificaram e um novo ciclo de protestos sociais foi gerado com o objetivo de questionar o modelo neoliberal. Esse aprofundamento do conflito social expressa a dupla crise que questionava o regime neoliberal: a crise econômica recessiva que parece se espalhar regional e internacionalmente e a crise de legitimidade que parecia conquistar na primeira metade da década.

Seguindo o mesmo autor, no atual cenário de protesto social latino-americano, revestem-se de particular relevância os processos de convergência regional e transnacional, que ganharam grande impulso e constituem, pela sua amplitude, inserção geográfica e amplo grau de convocação entre os movimentos e coletivos sociais, uma experiência inédita no continente.

Um último elemento a considerar no cenário regional proposto por Algranati é o processo de repressão, criminalização e militarização do conflito que se gerou nos últimos tempos. Isso se refere ao tipo de resposta e atitude adotada por regimes políticos e elites diante do aumento do protesto social na América Latina, uma situação que coloca enormes desafios aos movimentos populares e tem levado à revitalização dos movimentos de direitos em alguns países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1980, a América Latina presenciou um avanço democrático sem precedentes, com a institucionalização de importantes liberdades públicas e processos eleitorais competitivos. No entanto, a qualidade dos direitos dos cidadãos e a eficácia dos mecanismos de responsabilização ainda apresentam deficiências significativas, especialmente devido à existência precária de um Estado de direito democrático, eficiente e confiável.

Nesse contexto de transformações e lacunas, a sociedade civil latino-americana experimentou um crescimento notável, em grande parte impulsionado pelas lutas para expandir e diversificar esse espaço social e incluir novas identidades e diretrizes na agenda pública. Tudo isso ocorre em meio à continuidade de um modelo de desenvolvimento exclusivo, que marginaliza grande parte da população e incentiva a destruição do meio ambiente.

Atualmente, o mundo passa por mudanças em todos os setores, e é fundamental que o cidadão adquira novos conhecimentos, especialmente na disciplina de História desde as séries iniciais, para despertar a curiosidade e formar um futuro cidadão que possa colaborar para que a democracia prevaleça em nossas vidas, lutando pelos direitos adquiridos por meio de movimentos históricos.

A importância significativa de um conhecimento sério e bem fundamentado do passado está em poder estimular a todos quanto ao envolvimento responsável nas instâncias de decisões políticas. O professor deve respeitar seu aluno como um indivíduo pensante, que traz consigo uma carga de conteúdos que deve ser levada em consideração.

Ao longo desta monografia, fica evidente que o ensino de História contribui para a formação de cidadãos críticos, desenvolvendo capacidades intelectuais sobre diversos assuntos e incentivando a luta pela democracia ainda presente no Brasil. A ressignificação do ensino de História é um caminho que deve ser percorrido por etapas, priorizando a formação de indivíduos críticos e atuantes na sociedade em que estão inseridos.

A democracia é um processo contínuo, composto pelas influências dos seres históricos que constroem suas histórias de vida, repletas de influências do tempo presente e passado, das quais adquiriram experiências e suportes para atenderem suas vidas. A sociedade só tem sentido no presente, mas precisa conhecer o passado para que o mundo ao seu redor tenha significado.

Conclui-se, portanto, que a História é uma parte fundamental da educação, contribuindo para a formação de cidadãos críticos que entendem que a construção de seu próprio futuro está intimamente ligada não apenas às pessoas com as quais convivem, mas também a toda a sociedade da qual fazem parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. Montequieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). Os clássicos da política. 13 ed. São Paulo: Ática, 2005, v. 1.

ALGRANATI, CLARA; DE SEOANE JOSE e TADDE, EMILIO (2003), Neoliberalismo e conflito social: as configurações dos movimentos sociais na América Latina. 2003.

BITTENCOURT, Circe M.F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

DÁVILA, Jerry. Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil: 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DIANI, MARIO. As redes dos movimentos. Uma perspectiva de análise, no IBARRA PEDRO e TEJEIRA, BENJAMIN. Movimentos sociais, transformações políticas e mudança cultural. Madrid, Editorial Trotta.1998.

EID, Arnaldo Gaspar. Meio Ambiente e Trabalho: uma relação indissociável. Caio Henrique Lopes Ramiro; Lis Maria Bonadio Precipito (organizadores). Direito e desenvolvimento: estudos sobre a questão ambiental e a sustentabilidade. São Paulo, 2015, Editora Liberars LTDA.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2003.

GALLARDO H, "Democratização e democracia na América Latina". Pasos Magazine, No. 68, San José de Costa Rica. 1996.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Antirracismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. História, política e ensino. IN: LIBANÊO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 6ª. Edição. Editora Cortez. São Paulo: 2008.

MORAES, Alexandre de. Reforma Política do Estado e democratização. Disponível em: <http://www.jus2.uol.com.br/doutrina>. Acesso em: 11 jun. 2023.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2011.

PÉREZ, S, Power. Do poder político à análise sociológica. Madrid, Alianza Editorial, pp. 97-115. 1995.

RUBIO, ANA MARÍA. Perspectivas teóricas no estudo dos movimentos sociais. Jornal de Ciências Sociais do Instituto de Pesquisa da Universidade Ortega y Gasset. Madrid, janeiro de 2004. Disponível em: http://www.ortegaygasset.edu/circunstancia/numero3/art4.html. Acesso em 1 jun.2023.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 22. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Malheiros, 2003.

TARROW, S, Power in motion. Movimentos sociais, ação coletiva e política. Madrid, Alianza Editorial, pp. 17-21. 1997.

ZENNI, A., FÉLIX, D. Educação Para Construção De Dignidade: Tarefa Eminente Do Direito. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, América do Norte, 11, p. 169-192, mai. 2011. Disponível em: http: //http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/view/1736. Acesso em: 01 jun.2023.